conexão
DOI: 10.5212/Rev.Conexao.v22.27235.048

TECENDO REDES: RELATO DE EXPERIÊNCIA EXTENSIONISTA NA CONSTRUÇÃO COLETIVA DO FLUXO DE ATENDIMENTO ÀS MULHERES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA EM IMBITUVA/PR

WEAVING NETWORKS: REPORT OF AN EXTENSION EXPERIENCE IN THE COLLECTIVE CONSTRUCTION OF THE CARE FLOW FOR WOMEN IN SITUATIONS OF VIOLENCE IN IMBITUVA/PR

Submissão:
11/09/2026
Aceite:
07/10/2026

Kátia Alexsandra dos Santos [1] https://orcid.org/0000-0003-4706-6624
Fabieli Muller [2] https://orcid.org/0009-0007-1204-4261
Joana Braga de Oliveira [3] https://orcid.org/0009-0002-2345-6644
Thais Cabral Ribas [4] https://orcid.org/0009-0001-2050-6813
Gabriela Garcia Bassani [5] https://orcid.org/0009-0004-0373-2167
Ana Claudia Silva Abreu [6] https://orcid.org/0000-0002-5157-7868

Resumo

Este relato de experiência, situado em uma perspectiva feminista decolonial, teve como objetivo analisar o processo de construção do fluxo de atendimento às mulheres em situação de violência desenvolvido no projeto de extensão Entre Redes: construção coletiva de fluxos de atendimento a mulheres em situação de violência, vinculado ao Programa Universidade Sem Fronteiras (USF), no município de Imbituva/PR. A metodologia do projeto organizou-se a partir de diagnóstico territorial, encontros formativos e construção coletiva de um fluxograma com profissionais da rede de atendimento às mulheres em situação de violência. Os resultados evidenciaram a existência de práticas intersetoriais produzidas cotidianamente pelas trabalhadoras, posteriormente sistematizadas e institucionalizadas por meio de decreto municipal e materiais orientadores. Conclui-se que a extensão universitária constituiu um espaço de produção coletiva de conhecimento, valorização dos saberes situados no enfrentamento da colonialidade das práticas institucionais.

Palavras-chave: Violência contra as mulheres; Feminismo Decolonial; Rede de Atendimento; Extensão Universitária; Políticas Públicas.

[1] Docente na Universidade Estadual do Centro-Oeste - UNICENTRO *kalexsandra@unicentro.br*
[2] Psicóloga residente em Atenção Básica/Saúde da Família (Apucarana-PR) *mullerfabieli6@gmail.com*
[3] Psicóloga residente na Residência Multiprofissional em Saúde Mental - Apucarana-PR *bragaoliveirajoana@gmail.com*
[4] Psicóloga no Hospital Santa Casa - Irati-PR *psithaiscabral@gmail.com*
[5] Graduanda em Psicologia na Universidade Estadual do Centro-Oeste UNICENTRO *gabrielabassani2003@gmail.com*
[6] Docente no Centro Universitário Campo Real, Guarapuava/PR *prof_anasilva@camporeal.edu.br*

Abstract

This experience report, situated within a decolonial feminist perspective, aimed to analyze the process of constructing the care flow for women in situations of violence developed in the extension project "*Entre Redes: construção coletiva de fluxos de atendimento a mulheres em situação de violência*" [Among Networks: collective construction of care flow for women in situations of violence], linked to the Programa Universidade Sem Fronteira-USF [University Without Borders Program], in the municipality of Imbituva, Paraná. The project's methodology was organized around a territorial diagnosis, training meetings, and the collective construction of a flowchart together with professionals from the network of services for women in situations of violence. The results highlighted the existence of intersectoral practices produced daily by women workers, which were later systematized and institutionalized through a municipal decree and guiding materials. We concluded that this university extension project created a space for collective production and appreciation of situated knowledge in confronting the coloniality of institutional practices.

Keywords: Violence against women; Decolonial Feminism; Support Network; University Extension; Public Policies.

Introdução

A violência contra as mulheres constitui um fenômeno histórico e socialmente produzido, atravessado por relações de poder que organizam as desigualdades de gênero e produzem formas persistentes de violação de direitos. No Brasil, seu reconhecimento como problema público resultou de um longo processo de mobilização dos movimentos feministas, da produção acadêmica e da incidência política que deslocaram a violência do âmbito privado para o campo dos direitos humanos e das políticas públicas (Bandeira, 2019). Esse processo possibilitou a criação de marcos legais e institucionais voltados ao enfrentamento da violência, entre eles a Secretaria de Políticas para as Mulheres, instituída em 2003, e a formulação da Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, que estabelece diretrizes para a constituição de redes intersetoriais de enfrentamento e atendimento (Brasil, 2011).

No âmbito dessa política, a noção de rede ocupa posição central. Enquanto a rede de enfrentamento compreende o conjunto de instituições governamentais e não governamentais responsáveis pela formulação de estratégias de prevenção, responsabilização dos autores da violência, assistência e garantia de direitos, a rede de atendimento corresponde aos serviços que acolhem diretamente as mulheres em situação de violência e realizam os encaminhamentos necessários ao acompanhamento de cada caso (Brasil, 2011). Essa rede é composta por equipamentos especializados, como os Centros de Referência de Atendimento à Mulher (CRAM) e as Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (DEAM), e também por serviços não especializados, entre eles equipamentos da saúde, da segurança pública e da Política de Assistência Social.

Entretanto, a materialização dessas diretrizes assume contornos particulares em municípios de pequeno e médio portes, em que a ausência ou insuficiência de serviços especializados faz com que a responsabilidade pelo atendimento às mulheres em situação de violência recaia, sobretudo, sobre equipamentos não especializados e profissionais que, cotidianamente, constroem estratégias para garantir a continuidade do cuidado. Nessas realidades, a efetivação da rede depende menos da existência formal de protocolos e mais da capacidade das equipes de produzir articulações intersetoriais, negociar responsabilidades e construir fluxos de atendimento capazes de responder às especificidades do território. Tal cenário faz compreender que a rede não constitui uma estrutura previamente dada pelas normativas, mas um processo continuamente produzido nas relações entre trabalhadoras, instituições e usuárias, sendo atravessado pelas condições materiais de funcionamento das políticas públicas e pelas disputas que conformam sua organização.

Foi nesse contexto que se desenvolveu o projeto de extensão *Entre Redes: construção coletiva de fluxos de atendimento a mulheres em situação de violência*, vinculado ao Programa Universidade Sem Fronteiras (USF), no município de Imbituva, Paraná. O projeto não surgiu da proposição prévia de uma intervenção destinada à reorganização da rede local, mas do percurso de pesquisas desenvolvidas pelo Laboratório Mulheres, Discursividades e Resistência (LABMUR/CNPq), voltadas à compreensão da violência contra as mulheres nos municípios da Associação dos Municípios do Centro-Sul do Paraná (AMCESPAR). Inicialmente centradas na análise dos registros produzidos pelos serviços públicos, essas investigações indicaram que a baixa notificação da violência não poderia ser compreendida apenas como insuficiência dos sistemas de informação, mas também em relação aos modos de organização e articulação dos serviços no cotidiano das políticas públicas. À medida que a aproximação com o território se intensificava, tornou-se evidente que compreender a violência implicava também entender como os serviços se articulavam no cotidiano.

Esse deslocamento redefiniu o percurso da pesquisa e ampliou o papel da extensão universitária. À investigação documental somaram-se observações do cotidiano dos serviços, entrevistas, reuniões com gestoras, encontros formativos com profissionais do Sistema Único de Saúde (SUS), do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), da Segurança Pública e de outros órgãos municipais, além da construção compartilhada de estratégias voltadas ao fortalecimento da rede local de atendimento. No decorrer do processo foram realizados diagnósticos territoriais, mapeamento dos serviços existentes, discussão coletiva dos percursos institucionais das mulheres, elaboração participativa de um fluxograma intersetorial de atendimento, produção de cartilha orientadora, padronização de encaminhamentos e institucionalização das pactuações construídas por meio de decreto municipal. Tais ações constituíram um processo de produção compartilhada de conhecimento, no qual as experiências e os saberes das trabalhadoras passaram a orientar o desenvolvimento das próprias atividades extensionistas, fortalecendo uma prática universitária comprometida com o diálogo e com as demandas do território, como preceituam as diretrizes da extensão universitária (FORPROEX, 2012).

É precisamente nesse movimento que se insere a perspectiva feminista decolonial adotada neste trabalho. Ao problematizar a colonialidade do poder, do saber e do ser, essa perspectiva questiona formas hierarquizadas de produção do conhecimento que historicamente deslegitimaram experiências construídas nos territórios e privilegiaram modelos universalizantes de intervenção (Lugones, 2014; Espinosa Miñoso, 2020; Maldonado-Torres, 2019). Nesse contexto, as dificuldades identificadas no território, especialmente a fragmentação dos encaminhamentos, o desconhecimento das atribuições dos diferentes serviços e a fragilidade da articulação entre profissionais, podem ser compreendidas em diálogo com a colonialidade do poder e do saber (Quijano, 2005).

Além disso, observa-se um privilégio epistêmico que centraliza as intervenções a partir de experiências universalizantes, desconsiderando especificidades locais e, sobretudo, silenciando as necessidades das mulheres em situação de violência, que não são ouvidas e, quando ouvidas, dificilmente suas queixas e/ou experiências são consideradas quando da organização dos modelos de intervenção. Essas fragilidades não são tomadas como falhas individuais, mas como aspectos relacionados a formas hierarquizadas de organização institucional, de distribuição de responsabilidades e de produção e reconhecimento dos saberes, ou seja, à eleição de quais saberes serão considerados e quais serão silenciados – colonialidade do saber –, impactando diretamente no atendimento frágil e desarticulado. Nota-se, portanto, uma intervenção colonizada que se constrói de cima para baixo e não de baixo para cima e descolada da realidade local e regional – colonialidade do poder. Sob esse enfoque, a extensão universitária passa a constituir-se como prática de coprodução de saberes, reconhecendo profissionais, gestoras e usuárias das políticas públicas como sujeitos ativos na construção de respostas às violências que atravessam seus cotidianos.

Dessa forma, o presente relato de experiência teve como objetivo analisar o processo de construção coletiva do fluxo de atendimento às mulheres em situação de violência desenvolvido pelo projeto de extensão *Entre Redes*, discutindo como essa experiência contribuiu para fortalecer a articulação da rede local de atendimento. Além disso, o texto pretendeu demonstrar como uma prática extensionista orientada pelo Feminismo Decolonial pode constituir-se como espaço de produção compartilhada de conhecimento, fortalecimento das políticas públicas e enfrentamento da hegemonia atribuída àqueles saberes que universalizam a experiência e se afastam da materialidade das vidas afetadas e que impactam na colonialidade presente nas práticas institucionais.

Metodologia

O presente estudo caracteriza-se como um relato de experiência, modalidade de produção científica que possibilita compreender processos construídos no interior das práticas sociais, reconhecendo a experiência como espaço legítimo de produção de conhecimento. Diferentemente de abordagens que buscam produzir generalizações ou estabelecer relações causais, o relato de experiência permite analisar os deslocamentos produzidos no encontro entre sujeitos, instituições e territórios, valorizando a dimensão histórica, política e situada das práticas extensionistas.

Conforme argumentam Daltro e Faria (2019), trata-se de uma forma de escrita comprometida com a problematização do vivido, capaz de tornar visíveis processos que frequentemente permanecem invisibilizados pelos modelos tradicionais de produção científica. Sob uma perspectiva feminista decolonial, a escolha pelo relato de experiência também representa uma tomada de posição epistemológica, ao reconhecer que os conhecimentos produzidos pelas trabalhadoras das políticas públicas e pelas experiências construídas no território constituem saberes legítimos, fundamentais para compreender a organização do cuidado e as formas de enfrentamento à violência contra as mulheres (Espinosa Miñoso, 2020).

A experiência analisada ocorreu durante o ano de 2025 no âmbito do projeto de extensão *Entre Redes: construção coletiva de fluxos de atendimento a mulheres em situação de violência*, financiado pelo Programa Universidade Sem Fronteiras (USF), da Secretaria da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior do Paraná (SETI), tendo como município de referência Imbituva, localizado na região Centro-Sul do estado do Paraná. Embora o projeto como um todo tenha se desenvolvido em diferentes

municípios da Associação dos Municípios do Centro-Sul do Paraná (AMCESPAR), este relato concentra-se na experiência construída em Imbituva, por ter sido o território em que ocorreu a elaboração coletiva, validação e institucionalização do fluxo intersetorial de atendimento às mulheres em situação de violência.

A equipe foi composta por duas docentes orientadoras (das áreas do direito e da psicologia); duas profissionais recém-formadas (direito e psicologia) e cinco estudantes do curso de psicologia. As ações foram estruturadas em três etapas articuladas entre si. A primeira correspondeu ao processo de preparação da equipe executora, momento em que foram realizados encontros de alinhamento das atividades, grupos de estudos e discussões acerca dos conceitos, marcos legais e ferramentas necessárias à construção dos fluxos de atendimento, bem como dos princípios que orientam o SUS, o SUAS e a Segurança Pública. Essa etapa buscou construir referenciais teórico-metodológicos comuns entre docentes, profissionais e estudantes envolvidos no projeto.

A segunda etapa consistiu na aproximação institucional com a gestão municipal e com os serviços que compunham a rede local de atendimento às mulheres em situação de violência. Esse momento possibilitou o reconhecimento do território, a identificação dos equipamentos envolvidos, a construção de vínculos com as equipes e o planejamento compartilhado das atividades. Paralelamente, foram realizadas visitas aos serviços, participação em grupos de mulheres promovidos pelo Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), reuniões com profissionais e levantamento de documentos institucionais relacionados aos encaminhamentos e registros dos casos de violência. Ainda nessa etapa, realizou-se o diagnóstico territorial da rede de atendimento, que compreendeu o mapeamento dos serviços envolvidos, a identificação das atribuições de cada equipamento e o levantamento dos fluxos de atendimento utilizados.

Os resultados produzidos pelo diagnóstico subsidiaram a etapa de intervenção, organizada por meio de encontros intersetoriais que reuniram representantes das Unidades Básicas de Saúde (UBS), da Unidade de Pronto Atendimento, do Hospital Municipal, do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), do Centro de Referência Especializado em Assistência Social (CREAS), da Segurança Pública, da gestão municipal e das demais instituições que compunham a rede local. Ao longo de cinco encontros coletivos, realizados mensalmente, as equipes discutiram o percurso realizado pelas mulheres nos diferentes serviços, identificaram sobreposições e lacunas nos encaminhamentos, pactuaram responsabilidades institucionais e construíram, de forma compartilhada, um fluxograma de atendimento capaz de responder às especificidades do território.

Além da construção do fluxograma, os encontros possibilitaram a elaboração de materiais informativos destinados aos profissionais da rede, a padronização dos encaminhamentos entre os serviços e a institucionalização das pactuações por meio de decreto municipal, buscando conferir maior estabilidade às estratégias construídas coletivamente. Ao final do projeto, também foi elaborada uma cartilha contendo informações sobre os serviços da rede, formas de acesso, atribuições institucionais e orientações para o atendimento às mulheres em situação de violência.

Ao longo do projeto, foram realizadas diversas ações, entre encontros, reuniões e atividades formativas, alcançando um total de 87 profissionais da rede de atendimento às mulheres do município de Imbituva e 68 pessoas usuárias dos serviços de atendimento.

A produção deste relato fundamenta-se nos registros elaborados pelas extensionistas ao longo das atividades, nas atas das reuniões, nos materiais produzidos durante os encontros, nos documentos institucionais construídos pelo projeto e nas reflexões coletivas realizadas pela equipe ao término das

ações extensionistas. Assim, este estudo busca analisar o processo de construção compartilhada de conhecimento produzido ao longo da experiência extensionista.

Resultados e Discussão

Relatar a experiência: uma aposta metodológica

A escrita deste relato teve início após a última reunião da equipe do projeto, momento que suscitou reflexões sobre o percurso construído com o território, os deslocamentos produzidos ao longo das ações e os limites que permaneceram em aberto. A análise dos registros das atividades, das atas das reuniões, dos materiais produzidos e das reflexões coletivas da equipe permitiu identificar aspectos centrais da experiência, especialmente aqueles relacionados à organização da rede, à construção coletiva do fluxo de atendimento e aos modos de produção e reconhecimento dos saberes no território.

A decisão por escrever a partir da experiência vivida não se constituiu como alternativa aos registros quantitativos ou aos dados formais produzidos ao longo do projeto, mas como reconhecimento de que parte do que se produz na extensão universitária não pode ser plenamente apreendida por esses indicadores. O relato de experiência emerge, assim, como uma aposta metodológica voltada a tornar visíveis dimensões do vivido que compreendemos como centrais para pensar a rede de atendimento e os efeitos produzidos pelo projeto sobre todas as pessoas nele implicadas.

Assumir o relato de experiência como forma de produção de conhecimento implica reconhecer que os saberes produzidos no território nem sempre encontram legitimidade nos modelos tradicionais de produção científica. Conforme argumenta Espinosa Miñoso (2020), a colonialidade do saber opera por meio da definição de quais sujeitos, experiências e formas de conhecimento são reconhecidos como capazes de ocupar o lugar de enunciação legítima. Nesse processo, experiências construídas coletivamente em contextos comunitários, especialmente aquelas protagonizadas por mulheres, populações periféricas e grupos historicamente subalternizados, tendem a ser convertidas em objeto de intervenção, mas raramente reconhecidas como produtoras de conhecimento.

A escolha por esse tipo de produto busca tensionar essa lógica ao tomar o próprio processo extensionista como espaço de produção de saberes. Interessa compreender como os encontros construídos no território produziram deslocamentos, aprendizagens e formas de articulação que não poderiam ser captados apenas por indicadores quantitativos ou instrumentos formais de avaliação. Nessa perspectiva, a experiência não é mobilizada como evidência universalizante, mas como conhecimento situado, produzido em contextos específicos e atravessado pelas relações de poder que constituem o território, as instituições e os sujeitos envolvidos.

Ao narrar esse percurso, não se pretende falar pelo território nem representar integralmente as mulheres e profissionais que participaram do projeto. O que se busca é tornar visíveis os processos de construção coletiva que possibilitaram a elaboração do fluxo de atendimento, reconhecendo que ele emerge do diálogo entre diferentes saberes, práticas e experiências. Trata-se, portanto, de uma escrita comprometida com a valorização dos conhecimentos produzidos na relação entre universidade e comunidade, compreendendo a extensão universitária como espaço de escuta, troca e construção compartilhada de respostas às demandas locais.

Reconhecer as texturas e os fios: aproximações com o campo

Conforme mencionado anteriormente, o projeto *Entre Redes* não teve origem em uma proposta de intervenção previamente delimitada. Sua construção emerge do percurso desenvolvido pelo Laboratório Mulheres, Discursividades e Resistência (LABMUR/CNPq) e das inquietações produzidas na articulação entre pesquisa e extensão (Santos; Lourenço; Chimin Jr.; Silva, 2024; Santos; Silva, 2024; Kopczynski; Lourenço; Casagrande; Santos, 2024). As investigações desenvolvidas pelo grupo indicavam que os baixos registros de casos de violência contra as mulheres nas políticas de saúde e de assistência social não correspondiam à ausência da violência em si, mas materializavam limites institucionais, dificuldades de articulação entre os serviços e desafios relacionados ao acompanhamento das mulheres atendidas. Foi a partir dessas inquietações que a aproximação com o território passou a constituir não apenas uma estratégia de intervenção, mas também um caminho para compreender como a rede se organizava em seu cotidiano.

A aproximação com o município de Imbituva/PR ocorreu de maneira gradual. Antes de qualquer pactuação formal, tornou-se necessário compreender as condições materiais, institucionais e territoriais que conformavam a rede de atendimento. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2022), trata-se de um município de pequeno porte, com população estimada em 29.924 habitantes, baixa densidade demográfica e significativa dispersão territorial. Essas características atravessam a organização do cuidado, produzindo desafios relacionados ao acesso aos serviços, à circulação das usuárias e à continuidade dos atendimentos.

A inexistência de equipamentos especializados voltados ao atendimento de mulheres em situação de violência faz com que a responsabilização pelo acompanhamento dos casos recaia sobre serviços já existentes, especialmente aqueles vinculados ao Sistema Único de Saúde (SUS), ao Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e à Segurança Pública. Além disso, parte dos recursos necessários para um atendimento integral (Instituto Médico Legal, Casa de Apoio, por exemplo) encontra-se em municípios vizinhos, exigindo deslocamentos frequentes tanto das mulheres atendidas quanto das profissionais que compõem a rede.

A aproximação com o território não se restringiu aos espaços institucionais formais. O contato com usuárias e trabalhadoras, por meio dos grupos de mulheres e dos encontros formativos, tensionou leituras abstratas sobre a rede e possibilitou reconhecer seus limites e potencialidades a partir do olhar de quem atende e de quem é atendida. Paralelamente, realizaram-se encontros com profissionais dos diferentes serviços, envolvendo discussões de casos, construção coletiva do fluxograma e elaboração de materiais informativos. Esses momentos constituíram-se menos como espaços de transmissão de conhecimentos e mais como espaços de escuta, diálogo e produção compartilhada de saberes, nos quais diferentes experiências sobre o território puderam ser colocadas em relação.

Foi nesse processo que se tornou evidente um aspecto que, inicialmente, não ocupava lugar central nas análises: tanto a rede de atendimento quanto a própria equipe executora do projeto de extensão eram constituídas majoritariamente por mulheres. Embora esse dado pudesse, em um primeiro momento, parecer apenas uma característica circunstancial da experiência, ele revelou dimensões estruturais da organização social do cuidado. A condução das ações extensionistas, das articulações institucionais, das reuniões de planejamento e da construção coletiva do fluxo esteve sustentada pelo trabalho de mulheres, assim como o cotidiano dos serviços com os quais o projeto estabeleceu interlocução.

Essa composição pode ser compreendida à luz das reflexões de Lugones (2014), para quem a

colonialidade do gênero constitui uma dimensão da colonialidade do poder ao produzir classificações hierárquicas que articulam gênero, raça e trabalho. Nesse processo, atividades relacionadas ao cuidado e à reprodução da vida são socialmente atribuídas às mulheres, fundadas em uma suposta predisposição natural, obscurecendo seu caráter histórico, político e relacional. No âmbito das políticas públicas, tal lógica contribui para invisibilizar o trabalho técnico implicado na construção do cuidado, fazendo com que ações de articulação intersetorial, negociação, mediação de conflitos, construção de vínculos e acompanhamento dos casos sejam frequentemente percebidas como extensões de uma vocação feminina, e não como práticas que demandam conhecimentos específicos e permanente elaboração coletiva.

As reflexões de Françoise Vergès (2021) aprofundam essa compreensão ao demonstrarem que o cuidado constitui um trabalho indispensável à reprodução da vida e das próprias instituições, embora permaneça historicamente desvalorizado e distribuído de forma profundamente desigual. A autora destaca que as sociedades contemporâneas se sustentam sobre um trabalho de cuidado majoritariamente realizado por mulheres, cuja contribuição permanece frequentemente *invisibilizada*. Embora o contexto analisado não permita afirmar todas as intersecções discutidas pela autora, a experiência revelou que a sustentação da rede de enfrentamento à violência contra as mulheres, assim como da própria ação extensionista, dependeu fundamentalmente do trabalho cotidiano de mulheres responsáveis por produzir articulações, construir consensos, mediar conflitos e garantir a continuidade do cuidado. Ou seja, a própria produção de conhecimento sobre a rede também foi sustentada por mulheres: mulheres pesquisavam, planejavam, articulavam serviços, produziam materiais, organizavam formações e construíam, coletivamente, respostas com outras mulheres. Isso revela que a feminização do cuidado atravessa a universidade e as políticas públicas, sobretudo quando relacionadas às mulheres e às situações de violência doméstica ou familiar.

Ao longo das ações também se mostraram fragilidades nas articulações formais entre os serviços, ausência de fluxos pactuados e inseguranças quanto aos encaminhamentos realizados. Os relatos das trabalhadoras indicavam que a continuidade do atendimento dependia frequentemente de contatos pessoais, acordos informais e vínculos construídos ao longo da trajetória profissional. À luz da noção de colonialidade do poder (Quijano, 2005), tais dificuldades não podem ser compreendidas apenas como limitações administrativas ou falhas individuais. Elas expressam formas históricas de organização institucional que hierarquizam saberes, fragmentam responsabilidades e produzem distanciamentos entre a formulação das políticas públicas e suas condições concretas de execução nos territórios.

Nessa direção, as lacunas identificadas na rede não foram interpretadas como insuficiências das trabalhadoras ou dos serviços específicos, mas como expressões de processos mais amplos que atravessam a organização estatal e a própria produção de conhecimento. A permanência de modelos universalizantes de gestão frequentemente desconsidera as especificidades territoriais e as formas locais de construção do cuidado, produzindo tensões entre as normativas institucionais e as necessidades concretas vivenciadas pelas mulheres e profissionais. Conforme argumenta Vergès (2021), os próprios mecanismos institucionais criados para enfrentar a violência operam em estruturas historicamente constituídas pelo colonialismo e pelas desigualdades que dele derivam. Assim, pensar uma perspectiva decolonial para as políticas públicas voltadas às mulheres implica reconhecer simultaneamente os limites dessas estruturas e as possibilidades de construção de práticas de resistência em seu interior, aproximando-se do que Lugones (2014) denomina práticas de resistência à colonialidade.

Reconhecer as diferentes condições que constituem o território permitiu sustentar uma aposta metodológica situada, orientada não pela busca de modelos universais de intervenção, mas pela pergunta sobre o que fazia sentido naquele contexto específico. Ao tornar visíveis práticas já existentes, fortalecer articulações possíveis e problematizar seus limites, evidenciou-se que a rede não constituía uma estrutura ausente, mas uma construção cotidiana produzida pelas trabalhadoras que a sustentava. Nesse sentido, a elaboração coletiva do fluxo ultrapassou a criação de um instrumento técnico: constituiu-se como um processo político de reconhecimento de saberes, práticas e articulações que já existiam no território, mas permaneciam *invisibilizada*s pelas formas coloniais de organização das políticas públicas.

A construção coletiva do fluxograma: os encontros e as pactuações produzidas

A construção do fluxo de atendimento às mulheres em situação de violência constituiu-se como um processo coletivo desenvolvido ao longo de sucessivos encontros com profissionais dos diferentes serviços que compunham a rede municipal. O fluxograma é o resultado da discussão de uma proposta de fluxo, ou seja, de um conjunto de pactuações acerca do caminho percorrido por uma pessoa que procura atendimento. Um fluxograma é um mapa visual organizado em etapas que serve como orientador para profissionais e serviços da rede de atendimento sobre como proceder de forma integrada em cada caso concreto. Daí a importância desse instrumento, uma vez que ele materializa não só os pontos da rede, mas também as etapas e encaminhamentos que devem ser realizados em cada situação, constituindo-se como um "dispositivo de fortalecimento para a constituição da rede de atenção" (Cortes; Padoin; Kinalski, 2016, p. 4).

Participaram representantes das Unidades Básicas de Saúde, da Unidade de Pronto Atendimento, do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), da Segurança Pública, dos conselhos municipais, da gestão municipal e demais equipamentos envolvidos no atendimento às mulheres em situação de violência, reunindo entre 8 e 19 profissionais em cada encontro de trabalho. Esses profissionais variaram ao longo dos 5 encontros, visto que ocorreu um encontro mensal e era solicitado que cada ponto da rede enviasse ao menos um representante, conforme pode ser verificado no Quadro 1.

No primeiro encontro, houve participação de representantes da Procuradoria da Mulher, do CREAS, do CRAS, do Conselho da Comunidade, da Articuladora da Rede, da Secretaria de Agropecuária, da Secretaria Municipal, de agentes comunitários de Saúde e de profissionais atuantes em Unidades Básicas de Saúde. No primeiro instante, a ação teve como objetivo discutir o diagnóstico construído durante a etapa inicial do projeto e promover um espaço de reconhecimento da rede existente. Mais do que expor dados produzidos pela equipe extensionista, buscou-se provocar um exercício coletivo de leitura do território, no qual as profissionais pudessem identificar como os atendimentos vinham sendo realizados, quais serviços eram acionados em cada situação e quais dificuldades eram vivenciadas cotidianamente. Nesse momento, tornou-se nítido que diferentes profissionais possuíam compreensões distintas acerca das atribuições institucionais, bem como sobre os percursos das mulheres após o primeiro atendimento.

As discussões realizadas nesse encontro revelaram que, embora a maior parte das profissionais afirmasse inicialmente inexistir um fluxo municipal de atendimento, o cuidado já era produzido por meio de articulações construídas no cotidiano. Encaminhamentos realizados por contatos telefôni-

cos, mensagens entre profissionais, reuniões informais e vínculos estabelecidos ao longo do trabalho constituíam estratégias frequentemente mobilizadas para garantir continuidade aos atendimentos. Entretanto, essas práticas permaneciam pouco sistematizadas e dependiam, em grande medida, do conhecimento individual das trabalhadoras acerca da rede local.

Nos encontros seguintes, além dos representantes dos serviços da rede do primeiro encontro, houve participação da Patrulha Maria da Penha e da Polícia Civil, o que possibilitou uma melhor articulação com a rede de proteção, uma vez que os agentes da Segurança Pública são elementos fundamentais nos atendimentos às mulheres em situação de violência. Dessa forma, a equipe extensionista apresentou uma proposta inicial de fluxograma elaborada a partir do diagnóstico territorial e do primeiro encontro, que passou a ser discutida, revisada e reelaborada coletivamente. Cada serviço analisou o percurso inicialmente proposto, indicando limites, necessidades de adequação e responsabilidades ainda não contempladas. Longe de representar a validação de um instrumento previamente construído pela universidade, esses momentos constituíram espaços de negociação permanente, nos quais o fluxograma foi sendo transformado a partir dos conhecimentos produzidos pelas profissionais. Abaixo, trazemos uma síntese dos encontros realizados com a rede de Imbituva-PR:

Quadro 1 – Síntese dos encontros para construção coletiva do fluxo de atendimento

Encontro	Participantes	Objetivo	Principais pactuações
1°	19	Reconhecimento do fluxo real da rede, ou seja, como estava funcionando a rede no município de Imbituva e discussão sobre a percepção que os trabalhadores tinham da rede	Identificação das fragilidades da rede de atendimento
2°	10	Discussão de quais funções cada serviço assume no atendimento e identificação dos atravessamentos que influenciaram esse processo.	Reconhecimento dos serviços e demandas do território
3°	8	Apresentação do fluxo de atendimento a mulheres em situação de violência	Ajustes necessários no fluxograma conforme a realidade dos serviços
4°	10	Teste do fluxo através da simulação de um caso e orientações sobre encaminhamento formal e comunicação à polícia em casos de flagrante	Destaque para a importância do acolhimento/escuta qualificada no serviço e da inclusão de orientações sobre encaminhamento formal
5°	11	Apresentação do fluxograma final para validação visando à continuidade da articulação com a rede	Os últimos pontos e discussão das formas de institucionalização do processo

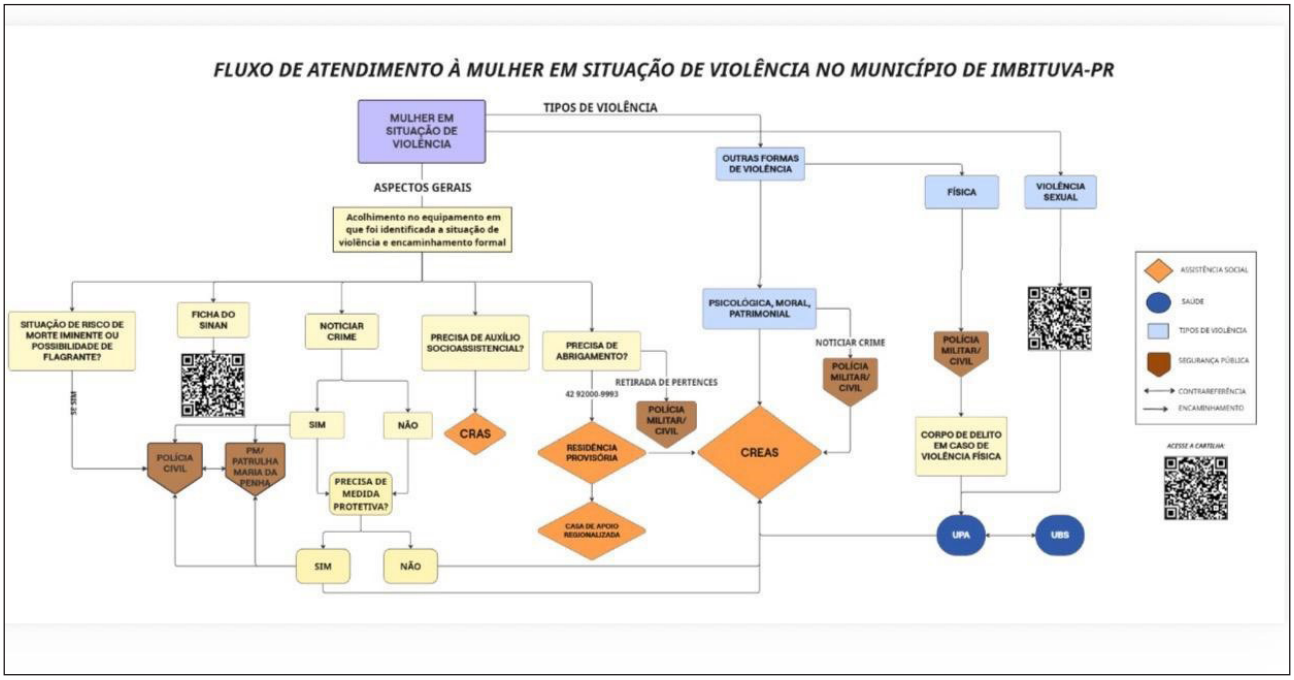
Fonte: Elaborado pelas autoras

Entre as principais pactuações estabelecidas durante esse processo esteve a definição das atribuições de cada serviço diante das diferentes portas de entrada da rede, buscando explicitar responsabilidades anteriormente pouco delimitadas. Também foram discutidas estratégias para fortalecer a

comunicação intersetorial, reduzir a fragmentação dos encaminhamentos e favorecer a continuidade do acompanhamento das mulheres. Assim, compreendeu-se que a efetividade do atendimento não dependia necessariamente da criação de novos serviços e sim do fortalecimento da comunicação entre os serviços existentes, valorizando práticas de corresponsabilização entre os diferentes setores.

Apesar disso, a inexistência de alguns equipamentos especializados precisava ser considerada, como Instituto Médico Legal e Casa de Acolhimento para situações emergenciais, o que exigia constante articulação com municípios vizinhos. Essa realidade demandou que o fluxo incorporasse não apenas os serviços disponíveis no município, mas também os encaminhamentos intermunicipais necessários para garantir atenção integral às mulheres em situação de violência. Assim, o fluxograma produzido passou a refletir as condições concretas do território, evitando reproduzir modelos padronizados pouco compatíveis com a realidade local. Como resultado, apresentamos o fluxograma a seguir:

Figura 1 – Fluxograma representando o fluxo de atendimento



Fonte: Elaborado em conjunto com trabalhadoras(es) da rede de Imbituva durante as ações do projeto de extensão

Embora não seja objetivo deste relato de experiência discutir o fluxograma, mas seu processo de criação, como se pode observar pela figura anterior, o esquema contemplou uma divisão em aspectos gerais de uma situação de violência e especificidades quando se trata de violência psicológica, moral ou patrimonial e violência física e sexual. Isso se deu não em função de uma desvalorização das violências que ficaram caracterizadas como "outras", mas do fato de que existem protocolos específicos para violência física e sexual.

Ao longo dos encontros, também foram identificadas necessidades que extrapolavam a elaboração do fluxograma. As discussões demonstraram a importância da produção de materiais orientadores destinados tanto às profissionais quanto às usuárias dos serviços. A partir dessas demandas, elaborou-se uma cartilha contendo informações sobre os equipamentos da rede, atribuições institucionais

e orientações acerca dos fluxos de atendimento, posteriormente disponibilizada aos serviços municipais. Paralelamente, desenvolveu-se o processo de institucionalização da rede de enfrentamento à violência contra as mulheres por meio de decreto municipal, conferindo maior estabilidade às pactuações construídas coletivamente.

Ademais, entende-se que os encontros permitiram produzir espaços permanentes de diálogo entre profissionais que, embora compartilhassem o cuidado às mulheres em situação de violência, nem sempre dispunham de momentos para refletir conjuntamente sobre seu trabalho. A elaboração do fluxo revelou-se, assim, como um dispositivo de reconhecimento, sistematização e fortalecimento de práticas que já vinham sendo produzidas cotidianamente pelas trabalhadoras do território.

Colonialidade presente nas práticas institucionais

Para compreender a presença da colonialidade nas práticas institucionais, é fundamental situar seus desdobramentos nas políticas públicas contemporâneas. A partir do Feminismo Decolonial, entende-se que a colonialidade não se restringe a um período histórico, mas opera como matriz de poder que organiza hierarquias de gênero, raça, classe e território, estruturando tanto os modos de gestão quanto formas de produção do saber (Maldonado-Torres, 2019).

Partindo dessa definição, e a fim de vislumbrar como a colonialidade coloca-se nas práticas institucionais, podemos tomar a analítica da colonialidade proposta por Nelson Maldonado-Torres (2019). Tal proposta passa pelos eixos da colonialidade do saber, do ser e do poder, compreendendo o engendramento dessas três instâncias na constituição dos sujeitos, nas suas relações e no papel que desempenham nas instituições. A subjetividade sustenta as três dimensões da colonialidade, conforme afirma o autor (Maldonado-Torres, 2019), por meio da localização no tempo, no espaço, na estrutura de poder, na cultura e nos modos de produção do saber.

Para aprofundar essa lógica colonial, destacamos, especificamente, a colonialidade do poder e do saber, que aparecem nos modos cotidianos do funcionamento da rede. Vale destacar que, segundo Martins e Benzaquen (2017), a colonialidade do poder se manifesta na dominação exercida por uma lógica hierárquica e opressora no âmbito das relações sociais institucionalizadas. Por sua vez, a colonialidade do saber atua como legitimadora do conhecimento, ou seja, determina qual saber é considerado superior, influenciando os próprios saberes que a instituição utiliza como base para a execução, administração e manutenção de suas bases político-ideológicas. É nesse modo operante que a colonialidade do poder e do saber se entrelaçam, acionando a escala hierárquica eurocêntrica nas estruturas governamentais e políticas da realidade brasileira.

É, portanto, a partir da colonialidade do saber e do poder que as/os trabalhadoras/es passam a reproduzir protocolos e fluxos previamente estabelecidos, muitas vezes sem participação ativa em sua construção, o que resulta em um distanciamento entre norma e realidade material objeto de intervenção. O saber institucional, tomado como neutro e universal, reforça uma racionalidade que prioriza a padronização em detrimento da singularidade concreta. A colonialidade do poder manifesta-se, ainda, na organização fragmentada dos serviços, no desconhecimento acerca da própria função e na dificuldade de compreender o papel do outro na rede, elementos que explicitam a divisão do trabalho e a dificuldade da articulação em rede, a qual demanda comunicação e construção compartilhada das ações.

Essa dinâmica é intensificada pela racionalidade neoliberal, que se articula à colonialidade ao enfatizar a responsabilização individual, a produtividade e o cumprimento formal dos objetivos.

Conforme discutem Martins e Benzaquen (2017), a lógica neoliberal impõe exigências que reduzem a atuação do Estado em políticas sociais, fragmentando os coletivos e fragilizando os espaços de reflexão e construção coletiva do planejamento da rede, o que impede uma operação integrada na proteção às mulheres.

Tendo em vista esse contexto, as ações do projeto de extensão organizaram-se em torno de um esforço para produzir reflexões e diálogos entre as equipes com o objetivo de tensionar os fios de uma rede rígida para transformá-la em um trabalho vivo, construído coletivamente, cuja materialidade se expressa na elaboração e reelaboração do fluxo de atendimento à mulher em situação de violência. Em meio ao trabalho, pudemos proporcionar espaço de encontros capazes de problematizar a naturalização dessas práticas, questionar a fragmentação e produzir deslocamentos nas formas instituídas de atuação, restituindo à rede a dimensão relacional e buscando fortalecer o vínculo entre profissionais e as próprias usuárias.

Caminhos de resistência construídos no território: estratégias e saberes das trabalhadoras

No âmbito do *Entre Redes*, a resistência não se expressou como exterior às políticas públicas, mas como prática produzida no interior de suas contradições. Se a colonialidade do poder organiza hierarquias duráveis de saber, autoridade e trabalho (Quijano, 2005), essa matriz também atravessa a gestão das políticas sociais, definindo quem decide, quem executa e quais conhecimentos são reconhecidos como legítimos. Nesse sentido, resistir não significou recusar a política pública, mas insistir no cuidado mesmo quando suas condições de sustentação se mostravam frágeis, questionando, ao mesmo tempo, os modos de organização que produzem descontinuidade.

No território, essa resistência se materializou nas articulações informais que já existiam antes do projeto e que eram constantemente mobilizadas para evitar a revitimização e a descontinuidade dos atendimentos. Observavam-se contatos diretos entre serviços, pactos construídos por meio de vínculos pessoais e arranjos cotidianos que buscavam garantir acolhimento, escuta e encaminhamento, mesmo na ausência de fluxos pactuados. Tais práticas constituíam-se como respostas situadas à fragmentação institucional identificada, evidenciando o esforço permanente das trabalhadoras para sustentar o cuidado diante de condições estruturais limitadas. Ao mesmo tempo, materializavam a precariedade de uma política que depende de vínculos pessoais e desloca para as trabalhadoras a responsabilidade de recompor, caso a caso, aquilo que deveria ser assegurado coletivamente.

Essa ambivalência marcou todo o processo. Se, por um lado, essas estratégias garantiam o funcionamento cotidiano da rede e produziam soluções para contornar lacunas, por outro, poderiam contribuir para a manutenção de respostas episódicas, assistencialistas e pouco sustentáveis. A urgência do atendimento, combinada à sobrecarga de trabalho, frequentemente reduzia as possibilidades de elaboração coletiva e de intervenção. Assim, o gesto de cuidado também sinalizava a fragilidade das políticas públicas e os limites concretos para sustentar, na prática, o trabalho intersetorial previsto nas normativas.

Observa-se, desse modo, que a precarização e a fragmentação pressionam profissionais a responder individualmente a problemas coletivos, deslocando responsabilidades e intensificando a culpabilização das equipes. Ao separar quem decide de quem executa, a organização institucional tende a produzir e agravar descontinuidades nos atendimentos. Nesse sentido, a resistência não se limita a "fazer funcionar" sob escassez, mas inclui nomear criticamente o modo como se define o que se

formaliza como fluxo, o que se converte em dado e o que permanece fora do campo do registrável. Nesse aspecto, os espaços produzidos pelas ações extensionistas possibilitaram encontros coletivos voltados à análise das condições, limites e desafios do trabalho das profissionais que participaram das atividades.

Por fim, ao longo do processo, deslocou-se a ideia de *ausência de rede* para a compreensão de uma rede presente, mas *invisibilizada*. O cuidado já vinha sendo produzido, ainda que pouco reconhecido. Nesse sentido, o fluxo não apareceu como solução, mas como possibilidade de tornar visíveis práticas existentes, explicitar responsabilidades e sustentar acordos possíveis.

O fluxograma como ferramenta: tornar visível, articular e tensionar

A elaboração do fluxograma de atendimento não se configurou como um procedimento técnico voltado apenas à organização dos serviços, mas como um processo político e epistemológico de reconhecimento das práticas já existentes no território. Desde os primeiros encontros, ficou demonstrado que a afirmação recorrente de inexistência de um fluxo não correspondia a uma ausência de circulação entre os equipamentos, mas à ausência de reconhecimento das estratégias que as profissionais já mobilizavam para garantir a continuidade dos atendimentos. O que se nomeava como ausência revelava, na verdade, a precariedade de pactuações formais, a fragilidade dos registros e a dependência de vínculos pessoais como sustentação cotidiana da rede.

Nos relatos produzidos durante as reuniões, observou-se que o funcionamento intersetorial estava ancorado em contatos diretos entre profissionais, grupos de mensagens, telefonemas informais e negociações pontuais. Em muitos casos, a efetividade dos encaminhamentos dependia da permanência de determinadas trabalhadoras que acumulavam conhecimento do território e relações de confiança com outros setores. Essa dinâmica, embora permitisse respostas rápidas diante da escassez de recursos, produzia um funcionamento instável e profundamente marcado pela sobrecarga.

Esse cenário dialoga com o que Segato (2014) discute sobre as políticas públicas voltadas às violências e às populações indígenas, na medida em que a fragmentação institucional desloca para as mulheres e para as profissionais o ônus da recomposição dos percursos interrompidos. A necessidade de relatar repetidamente a violência sofrida, de buscar individualmente informações sobre encaminhamentos e de sustentar trajetórias solitárias entre os serviços revela não apenas limitações administrativas, mas formas estruturais de desqualificação da experiência vivida e revitimização. Nesse sentido, a construção do fluxo operou como um processo de visibilização de práticas e também como uma estratégia de enfrentamento da naturalização da desarticulação.

Outro aspecto relevante foi a incorporação de saberes produzidos no cotidiano do atendimento. A elaboração de materiais informativos discretos, por exemplo, surgiu de relatos concretos de risco, nos quais mulheres não podiam portar documentos identificados como relacionados à violência. Essa estratégia demonstrou que o fluxo não se restringe à organização interna da rede, mas envolve a construção de dispositivos que considerem as condições materiais e simbólicas do território. A experiência também permitiu reconhecer que a produção de rede se dá na interseção entre o formal e o informal, entre a norma e a invenção, entre o protocolo e o cuidado situado.

A institucionalização do fluxo por meio de decreto municipal foi compreendida como um movimento necessário para garantir continuidade às pactuações. Entretanto, ao invés de ser entendida como solução definitiva, essa formalização foi situada como etapa de um processo permanente de

negociação. Conforme Maldonado-Torres (2019), a colonialidade se expressa na naturalização de hierarquias que tornam desiguais as condições de reconhecimento e de garantia de direitos. Nesse sentido, a inscrição do fluxo em normativa oficial buscou tensionar a lógica da descontinuidade, especialmente diante de mudanças de gestão e da rotatividade das equipes.

O fluxograma, inicialmente concebido como produto técnico, revelou-se um campo analítico capaz de produzir conhecimento sobre as condições de funcionamento das políticas públicas. Esse deslocamento permitiu compreender o fluxo não apenas como instrumento organizacional, mas como instrumento político que redistribui responsabilidades, explicita conflitos e produz memória no trabalho. Como aponta Ballestrin (2013), a perspectiva decolonial exige problematizar a centralidade de referências eurocêntricas e reconhecer a historicidade das práticas locais. Nesse sentido, a construção coletiva do fluxo, materializada no fluxograma, contribuiu para valorizar os conhecimentos produzidos pelas trabalhadoras e pelas mulheres atendidas, contrapondo-se à prática de utilizar modelos produzidos por aqueles que não constroem o dia a dia das políticas sociais.

Assim, compreender o fluxo como instrumento implica reconhecê-lo como processo aberto, situado e articulado. Nessa perspectiva, produz deslocamentos nas formas de pensar a rede, fortalece a corresponsabilização entre os serviços e tensiona a fragmentação do trabalho. Seu principal efeito reside na possibilidade de sustentar espaços de encontro, nos quais as profissionais possam compartilhar limites, negociar estratégias e construir respostas coletivas às violências que atravessam o território.

Considerações Finais

Olhar para o que foi tecido (e para o que permanece em aberto)

A experiência apresentada neste trabalho possibilitou acompanhar a construção do projeto *Entre Redes* a partir de uma perspectiva situada, comprometida com as especificidades do território e com os saberes produzidos por quem vivencia cotidianamente os desafios do enfrentamento à violência contra as mulheres.

Ao longo do percurso, compreendeu-se que a construção de fluxos de atendimento não se reduz à elaboração de instrumentos técnicos ou protocolos institucionais. Embora esses dispositivos sejam importantes, sua efetividade depende das condições concretas que sustentam o trabalho das profissionais e das possibilidades de articulação entre os serviços que compõem a rede.

A perspectiva decolonial adotada neste trabalho contribuiu para compreender que tais desafios não podem ser analisados apenas como problemas administrativos ou operacionais. Eles se articulam a processos históricos mais amplos que organizam a produção do conhecimento, a divisão do trabalho e as formas de reconhecimento institucional. Ao mesmo tempo, essa perspectiva permitiu demonstrar que as práticas de cuidado e articulação desenvolvidas pelas profissionais constituem importantes espaços de resistência diante dessas estruturas.

Nesse percurso, a extensão universitária mostrou-se um campo importante para a construção compartilhada de conhecimento. Ao contrário de levar respostas prontas ao território, o projeto buscou criar espaços de encontro, diálogo e reflexão coletiva, reconhecendo as trabalhadoras e as mulheres atendidas como produtoras legítimas de saberes sobre suas próprias realidades.

Nesse sentido, o fluxograma produzido não é tomado como encerramento desse processo, mas

como uma sistematização construída coletivamente a partir das necessidades e possibilidades identificadas no território. Sua contribuição está relacionada à explicitação de caminhos de atendimento e à criação de um registro compartilhado entre os serviços, sem desconsiderar os limites institucionais que permanecem presentes. Assim, reconhecendo-se a colonialidade presente nas lógicas de funcionamento da rede, foi possível agir nas brechas e construir pontes possíveis.

Por fim, permanecem questões que não podem ser encerradas neste trabalho. As transformações necessárias para o enfrentamento das violências ultrapassam os limites de uma única intervenção e exigem investimentos contínuos na qualificação das políticas públicas, no fortalecimento das redes locais e na valorização das profissionais responsáveis por sustentá-las. Ainda assim, a experiência permitiu afirmar a importância de seguir construindo espaços coletivos de reflexão e ação, reconhecendo que o enfrentamento à violência é um processo permanente, tecido cotidianamente nas relações que tornam possível o cuidado e a defesa da vida.

Referências

BANDEIRA, Lourdes Maria. Violência de gênero: a construção de um campo teórico de investigação. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de (org.). **Pensamento feminista brasileiro**: formação e contexto. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. p.293-313.

BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o giro decolonial. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 11, p. 89-117, maio/ago. 2013. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbcpol/a/DxkN3kQ3XdYYPbwwXH-55jhv/?format=pdf&lang=pt&ilang=pt_BR. Acesso em 5 set. 2026.

BRASIL. Secretaria de Políticas para as Mulheres. **Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres**. Brasília, DF: Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2011. Disponível em: https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/politicas-para-mulheres/arquivo/sobre/publicacoes/publicacoes/2011/politica-nacional. Acesso em: 2 jul. 2026.

CORTES, Laura Ferreira; PADOIN, Stela Maris de Mello; KINALSKI, Daniela Dal Forno. Instrumentos para articulação da rede de atenção às mulheres em situação de violência: construção coletiva. **Rev Gaúcha Enferm.**, v. 37, p. 1-9, 2016. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rgenf/a/XVjxbntkGsXSdfPjmPmXZ9w/?format=pdf&lang=pt&ilang=pt_BR. Acesso em: 5 out. 2026.

CURIEL, Ochy. Construindo metodologias feministas a partir do feminismo decolonial. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de (org.). **Pensamento feminista hoje**: perspectivas decoloniais. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020. p. 120-139.

DALTRO, Mônica Ramos; FARIA, Anna Amélia de. Relato de experiência: uma narrativa científica na pós-modernidade. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 1, p. 223-237, jan./abr. 2019. Disponível em: https://pepsic.scielo.org/pdf/epp/v19n1/v19n1a13.pdf. Acesso em: 5 out. 2026.

FORPROEX. Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. **Política Nacional de Extensão Universitária**. Manaus: FORPROEX, 2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Imbituva:** panorama. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/imbituva/panorama. Acesso em: 9 mar. 2026.

KOPCZYNSKI, Alana Carolina; LOURENÇO, Alexandra; CASAGRANDE, Giovana de Andrade Erbs; SANTOS, Kátia Alexsandra dos. Notificações de violência contra mulheres: a potencialidade da comunicação na articulação pesquisa e extensão. **Humanidades & Inovação**, Palmas, v. 11, n. 3, p. 179-188, 2024. Disponível em: https://revista.unitins.br/index.php/humanidadeseinovacao/article/view/9289. Acesso em: 2 mar. 2026.

LUGONES, María. Rumo a um feminismo descolonial. **Revista Estudos Feministas**, v. 22, n. 3, p. 935–952, dez. 2014. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ref/a/QtnBjL64Xvssn9F6FHJqnzb/?format=pdf&lang=pt&ilang=pt_BR. Acesso em: 5 out. 2026.

MALDONADO-TORRES, Nelson. Analítica da colonialidade e da decolonialidade: algumas dimensões básicas. In: BERNARDINO-COSTA, Joase; MALDONADO-TORRES, Nelson; GROSFOGUEL, Nelson. **Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2019. p. 27-53.

MARTINS, Paulo Henrique; BENZAQUEN, Julia Figueiredo. Uma proposta de matriz metodológica para os estudos descoloniais. **Cadernos de Ciências Sociais da UFRPE**, Recife, v.II, n. 11, ago./dez. 2017. Disponível em: http://www.journals.ufrpe.br/index.php/cadernosdecienciassociais/article/view/1882. Acesso em: 3 mar. 2026.

MIÑOSO, Yuderkys Espinosa. Fazendo uma genealogia da experiência: o método rumo a uma crítica da colonialidade da razão feminista a partir da experiência histórica na América Latina. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de (org.). **Pensamento Feminista Hoje***:* perspectivas decoloniais. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020. p. 96-119.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina**.** In: LANDER, Edgardo (org.). **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 227-278. (Colección Sur Sur). Disponível em: https://libreria.clacso.org/publicacion.php?p=164. Acesso em: 23 out. 2026.

SANTOS, Kátia Alexsandra dos; SILVA, Paula Marques da. Pesquisa e extensão no campo da violência contra mulheres a partir de uma perspectiva decolonial. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO, 13., 2024, Florianópolis. **Anais eletrônicos** [...]. Florianópolis: UFSC, 2024. p. 1-12. ISSN 2179-510X.

SANTOS, Kátia Alexsandra dos; LOURENÇO, Alexandra; CHIMIN JR., Alides Baptista; SILVA, Paula Marques da. **Silêncios e invisibilidades***:* mapeamento da violência contra as mulheres no interior do Paraná. Guarapuava: Ed. Unicentro, 2024.

SEGATO, Rita Laura. El sexo y la norma: frente estatal, patriarcado, desposesión, colonialidad. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 22, n. 2, p. 593-616, maio/ago. 2014. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ref/a/VXwhTGTqySw5YR77FTpcTrN/?format=pdf&lang=es. Acesso em: 5 out. 2026.

VERGÈS, Françoise. **Uma teoria feminista da violência***:* por uma política antirracista da proteção. São Paulo: Ubu Editora, 2021.